Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 10

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 11

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 14

Notas Explicativas 19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 45

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 47

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 48

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não) 49

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 50

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 51

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	667.013.209
Preferenciais	0
Total	667.013.209
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
	#Error
	#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	2.149.391	1.975.084	1.947.651
1.01	Ativo Circulante	189.759	162.808	172.921
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.527	2.040	21.350
1.01.03	Contas a Receber	177.242	158.343	147.335
1.01.03.01	Clientes	19.930	15.879	15.986
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	19.930	15.879	15.986
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	157.312	142.464	131.349
1.01.03.02.03	Concessão do Serviço Público - Ativo de Contrato	157.312	142.464	131.349
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.114	1.773	2.859
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.114	1.773	2.859
1.01.07	Despesas Antecipadas	671	641	421
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.205	11	956
1.01.08.03	Outros	1.205	11	956
1.02	Ativo Não Circulante	1.959.632	1.812.276	1.774.730
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.959.126	1.811.463	1.769.667
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	58.901	0	0
1.02.01.04	Contas a Receber	1.881.840	1.694.906	1.639.116
1.02.01.04.04	Concessão do Serviço Público - Ativo de Contrato	1.881.840	1.694.906	1.639.116
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	58.952	83.304
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	0	58.952	83.304
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	18.385	57.605	47.247
1.02.01.10.03	Outros Ativos	18.259	0	0
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	126	114	16.467
1.02.01.10.05	Títulos de Renda Fixa	0	229	210
1.02.01.10.06	Caixa Restrito	0	38.350	22.771
1.02.01.10.07	Adiantamentos a Fornecedores	0	2.035	7.799
1.02.01.10.08	Compras em Andamento	0	57	0
1.02.01.10.09	Direito de Uso em Homologação	0	16.820	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.03	Imobilizado	440	813	5.063
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	440	813	5.063
1.02.04	Intangível	66	0	0
1.02.04.01	Intangíveis	66	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	2.149.391	1.975.084	1.947.651
2.01	Passivo Circulante	105.089	89.426	78.952
2.01.02	Fornecedores	2.519	8.758	7.203
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.519	8.758	7.203
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.730	4.624	10.501
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.730	4.624	10.501
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.730	4.624	10.501
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	80.558	73.240	60.358
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.884	12.574	60.358
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.884	12.574	60.358
2.01.04.02	Debêntures	64.674	60.666	0
2.01.05	Outras Obrigações	12.282	0	43
2.01.05.02	Outros	12.282	0	43
2.01.05.02.04	Adiantamento a Clientes	0	0	43
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	12.282	0	0
2.01.06	Provisões	0	2.804	847
2.01.06.02	Outras Provisões	0	2.804	847
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	0	2.804	847
2.02	Passivo Não Circulante	1.060.721	982.573	1.003.293
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	585.042	629.956	675.255
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	147.298	162.277	675.255
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	147.298	162.277	675.255
2.02.01.02	Debêntures	437.744	467.679	0
2.02.02	Outras Obrigações	418.182	340.307	311.157
2.02.02.02	Outros	418.182	340.307	311.157
2.02.02.02.03	PIS e COFINS diferidos	188.622	169.957	163.768
2.02.02.02.04	IRPJ e CSLL diferidos	229.560	170.350	147.389
2.02.04	Provisões	57.497	12.310	16.881

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57.497	12.310	16.881
2.03	Patrimônio Líquido	983.581	903.085	865.406
2.03.01	Capital Social Realizado	667.013	667.013	667.013
2.03.04	Reservas de Lucros	316.568	236.072	198.393
2.03.04.01	Reserva Legal	26.028	20.544	18.660
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	52.112	0	0
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	186.045	162.516	126.721
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.516	3.516	3.516
2.03.04.10	Reserva de capital	48.867	49.496	49.496

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	329.692	192.725	94.336
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.036	-53.162	-15.986
3.03	Resultado Bruto	294.656	139.563	78.350
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-69.304	-30.931	-19.316
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-69.304	-30.931	-19.316
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	225.352	108.632	59.034
3.06	Resultado Financeiro	-56.434	-47.992	-51.703
3.06.01	Receitas Financeiras	5.339	852	579
3.06.02	Despesas Financeiras	-61.773	-48.844	-52.282
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	168.918	60.640	7.331
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-59.210	-22.961	-2.977
3.08.02	Diferido	-59.210	-22.961	-2.977
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	109.708	37.679	4.354
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	109.708	37.679	4.354
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,16	0,06	6,53

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	109.708	37.679	4.354
4.03	Resultado Abrangente do Período	109.708	37.679	4.354

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	90.774	51.817	54.634
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-72.770	-86.745	-36.600
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	109.708	37.679	4.354
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	59.210	22.962	986
6.01.01.03	Pis e Cofins Diferidos	18.665	6.189	-3.038
6.01.01.04	Remuneração do Ativo de Contrato	-356.753	-200.717	-140.641
6.01.01.05	Juros dos Emprestimos	53.108	46.212	49.806
6.01.01.06	Provisões para Riscos	42.961	-4.572	3.742
6.01.01.07	Depreciação e Amortização	331	5.502	1.407
6.01.01.09	Perda de Remuneração do Ativo Contratual	0	0	46.784
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	163.544	138.562	103.601
6.01.02.01	Impostos a Recuperar	-1.341	1.086	-523
6.01.02.02	Clientes	0	0	-2.158
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	0	0	-333
6.01.02.04	Adiantantamentos a fornecedores	0	0	-5.161
6.01.02.05	(Aumento) Diminuição de Depósitos Judiciais	-12	16.353	-14.130
6.01.02.06	Outros Créditos	6.246	6.489	795
6.01.02.07	(Diminuição) Aumento de Fornecedores	-6.239	1.555	-4.938
6.01.02.09	Aumento (Diminuição) de Impostos e Contribuições Sociais	6.122	-5.877	3.253
6.01.02.10	Outros Passivos	7.848	1.857	57
6.01.02.11	Adiantamento a Clientes	0	0	43
6.01.02.12	Diminuição de Concessionarias a Permissionárias	150.920	133.919	126.696
6.01.02.13	Direito de Uso	0	-16.820	0
6.01.03	Outros	0	0	-12.367
6.01.03.01	Juros Pagos	0	0	-9.601
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	0	-2.766
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-16.921	-15.885	-9.444
6.02.03	Titulos de Renda Fixa	0	0	-9.192

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.05	Caixa Restrito	0	0	-65
6.02.06	Adições de Imobilizado e Intangível	-217	-287	-187
6.02.07	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e Recursos Vinculados	-16.704	-15.598	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-68.366	-55.242	-36.677
6.03.02	Pagamento de Principal	0	0	-58.358
6.03.08	Partes Relacionadas	28.005	24.352	21.681
6.03.09	Pagamento Dividendos	-4.275	0	0
6.03.10	Pagamento de Empréstimos e Debêntures - Principal	-72.677	-59.176	0
6.03.11	Pagamento de Empréstimos e Debêntures - Juros	-19.419	-20.418	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.487	-19.310	8.513
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.040	21.350	12.837
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.527	2.040	21.350

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	49.496	186.576	0	0	903.085
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	49.496	186.576	0	0	903.085
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-631	-28.581	0	0	-29.212
5.04.06	Dividendos	0	0	-28.581	0	0	-28.581
5.04.08	Programa de Remuneração Variável- ILP	0	-631	0	0	0	-631
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.708	0	109.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.708	0	109.708
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	109.708	-109.708	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	5.484	-5.484	0	0
5.06.05	Reserva Especial de Dividendos	0	0	52.112	-52.112	0	0
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	52.112	-52.112	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.865	267.703	0	0	983.581

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	49.496	148.897	0	0	865.406
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	49.496	148.897	0	0	865.406
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.679	0	37.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.679	0	37.679
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.679	-37.679	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.679	-37.679	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	49.496	186.576	0	0	903.085

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	49.496	144.543	0	0	861.052
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	49.496	144.543	0	0	861.052
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.354	0	4.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.354	0	4.354
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.354	-4.354	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.354	-4.354	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	49.496	148.897	0	0	865.406

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	367.001	215.309	109.017
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	367.001	215.309	109.017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.357	-60.924	-17.162
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	0	-3.807
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.709	-68.011	-11.654
7.02.04	Outros	-36.648	7.087	-1.701
7.03	Valor Adicionado Bruto	280.644	154.385	91.855
7.04	Retenções	-331	-809	-400
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-331	-809	-400
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	280.313	153.576	91.455
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.339	852	579
7.06.02	Receitas Financeiras	5.339	852	579
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	285.652	154.428	92.034
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	285.652	154.428	92.034
7.08.01	Pessoal	11.879	16.359	13.625
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.179	13.525	11.070
7.08.01.02	Benefícios	1.625	1.909	1.902
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.075	925	653
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	99.935	49.545	20.154
7.08.02.01	Federais	99.058	48.343	20.019
7.08.02.02	Estaduais	877	1.202	135
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64.130	50.845	53.901
7.08.03.01	Juros	61.773	48.844	52.282
7.08.03.02	Aluguéis	2.357	2.001	1.619
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	109.708	37.679	4.354
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.708	37.679	4.354

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

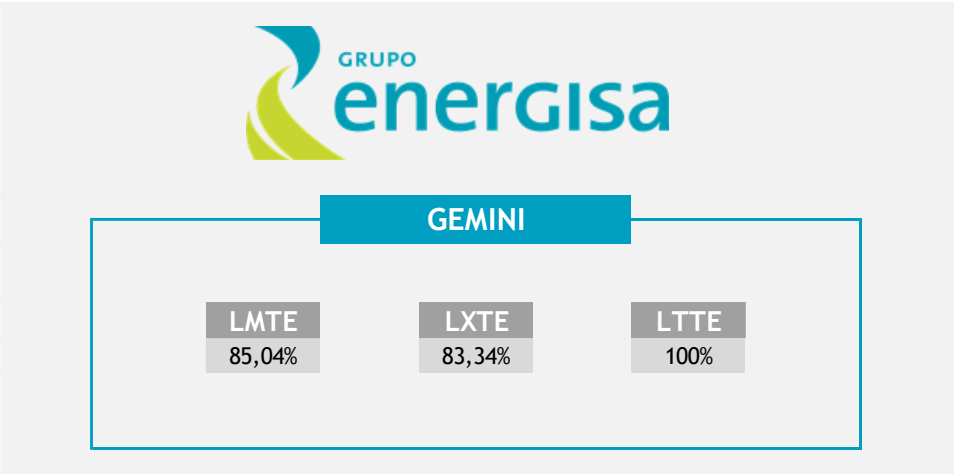
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.| Resultados 2022

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023 – A Administração da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.| ("Linhas de Macapá", "LMTE" ou "Companhia") apresenta os resultados do quarto trimestre (4T22) e do exercício de 2022. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Amapá, no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 22-23 (R$ mm) [a]	Receitas de Fibra Ótica	Status
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.000	jun/13	142,2[b]	22,2	Operacional

Notas: (a) Receita anual permitida (RAP) atualizado para o ciclo 22/23/ (b) Considera RAP adicional de R$ 2,2 milhões com base na REA nº 11.996/22

2. Principais Diferenças - Societário X Regulatório

Os resultados financeiros das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil são elaborados a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado Societário, baseados nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do faturamento, ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura, que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado societário enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo contratual no balanço patrimonial. O ativo imobilizado reconhecido no resultado societário refere-se aos bens da Companhia e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

2.2 Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados econômico-financeiros Societário x Regulatório

Nesta seção são apresentados os resultados societários e regulatórios do segmento de transmissão da Companhia.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados - R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Ganho na eficiência na implementação da Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	-	-	-	-
Receita de operação e manutenção	2,6	1,6	+ 64,8	7,4	7,1	+ 5,2
Remuneração dos ativos de concessão	114,9	36,0	+ 219,0	349,3	200,7	+ 74,0
Outras receitas operacionais	2,6	2,1	+ 22,6	10,2	7,5	+ 36,3
Total da receita bruta	**120,1**	**39,7**	**+ 202,5**	**367,0**	**215,3**	**+ 70,5**
Deduções da receita	12,1	4,3	+ 178,9	37,3	22,6	+ 65,2
Receita operacional líquida	**108,1**	**35,4**	**+ 205,4**	**329,7**	**192,7**	**+ 71,1**
PMSO	(17,0)	(12,7)	+ 34,1	(95,6)	(50,4)	+ 89,6
Custo de construção	(0,3)	(23,0)	- 98,6	(8,4)	(33,7)	- 74,9
Amortização / Depreciação	(0,2)	0,5	-	(0,3)	-	-
EBITDA	**90,7**	**(0,3)**	**-**	**225,7**	**108,6**	**+ 107,8**
Margem EBITDA	84,0	(0,8)	+ 84,8 p.p.	68,5	56,4	+ 12,1 p.p.
Resultado financeiro	(12,5)	(12,2)	+ 2,5	(56,4)	(48,0)	+ 17,6
Contribuição social e imposto de renda	(26,6)	2,2	-	(59,2)	(23,0)	+ 157,9
Lucro líquido	**51,4**	**(9,8)**	**-**	**109,7**	**37,7**	**+ 191,2**

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita operacional líquida totalizou R$108,1 milhões no 4T22, um crescimento de 205,4% em comparação ao 4T21 devido basicamente pela aplicação da nova prática do reconhecimento da inflação mensal do ativo de contrato efetuado no 4T22 com efeito positivo de R$ 83,6 milhões e incremento da variação do IPCA entre os períodos comparados de 11,74%.

PMSO: a rubrica alcançou R$ 17 milhões no 4T22, aumento de R$ 4,3 milhões na comparação com o 4T21 principalmente do reconhecimento de processos judiciais.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R$ 90,7 milhões no 4T22, um crescimento de R$ 91 milhões com relação ao 4T21, em decorrência principalmente do aumento das receitas, conforme mencionado anteriormente;

Resultado financeiro: as despesas financeiras líquidas aumentaram 2,5% no 4T22, praticamente inalterado com relação ao 4T21.

Lucro líquido: o lucro líquido foi de R$ 51,4 milhões, um crescimento de R$ 61,2 milhões na comparação entre 4T22 e 4T21 em virtude do maior reconhecimento das receitas incorridas no período.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LMTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Receita anual permitida	44,3	37,0	+ 19,7	165,2	147,1	+ 12,3
Total da receita bruta	**44,3**	**37,0**	**+ 19,7**	**165,2**	**147,1**	**+ 12,3**
Deduções da receita	5,1	4,2	+ 20,5	18,6	16,4	+ 13,7
Receita operacional líquida	**39,3**	**32,8**	**+ 19,6**	**146,6**	**130,7**	**+ 12,1**
PMSO	(17,0)	(12,2)	+ 39,7	(93,4)	(53,6)	+ 74,2
Custo de construção	-	-	-	-	-	-
Amortização / Depreciação	(12,4)	(12,9)	- 3,4	(50,2)	(45,4)	+ 10,5
EBITDA	22,2	20,6	+ 7,7	53,2	77,2	- 31,0
Margem EBITDA	56,6	62,8	- 6,3 p.p.	36,3	59,0	- 22,7 p.p.
Resultado financeiro	(12,5)	(12,2)	+ 2,7	(56,4)	(48,0)	+ 17,6
Contribuição social e imposto de renda	4,6	5,5	- 17,1	19,9	9,3	+ 113,1
Lucro líquido	**1,9**	**1,1**	**+ 64,2**	**(33,5)**	**(6,9)**	**+ 385,6**

Principais impactos do resultado regulatório:

Receita operacional líquida: a receita líquida regulatória totalizou R$ 39,3 milhões no 4T22, um crescimento de 19,6% em comparação ao 4T21 devido principalmente ao reajuste inflacionário de 11,74% (IPCA) no ciclo 2022/2023 da RAP (Receita Anual Permitida) e redução de penalidades regulatórias existentes no ciclo 2021/2022.

PMSO: a rubrica alcançou R$ 17,0 milhões no 4T22, aumento de R$ 4,8 milhões na comparação com o 4T21 referente a custos com transporte e locação no montante de R$ 3,9 milhões de trafos de substituição em Macapá;

EBITDA e Margem EBITDA: O principal impacto no EBITDA e Margem EBITDA regulatórios, conforme comentado acima está diretamente relacionado ao aumento do PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas aumentaram 2,7% no 4T22, praticamente inalterado com relação ao 4T21.

Lucro líquido: O lucro líquido alcançou R$ 1,9 milhões, aumento de R$ 0,8 milhões na comparação entre 4T22 e 4T21 em virtude do maior reconhecimento das receitas incorridas no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Estrutura de capital

3.1 Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R$ 66,4 milhões em dezembro de 2022, frente aos R$ 77,6 milhões registrados em setembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida líquida foi de R$ 599,2 milhões, contra R$ 615,1 milhões em 30 de setembro de 2022.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

Descrição Valores em R$ milhões	31/12/2022	30/09/2022	30/06/2022
Circulante	**80,6**	**80,8**	**78,4**
Empréstimos e financiamentos	15,0	15,0	15,0
Debêntures	64,7	64,9	62,5
Encargos de dívidas	0,9	0,9	0,9
Não Circulante	**585,0**	**611,9**	**607,4**
Empréstimos e financiamentos	147,3	151,0	154,8
Debêntures	437,7	460,9	452,6
Total das dívidas	**665,6**	**692,7**	**685,8**
(-) Disponibilidades financeiras:	66,4	77,6	58,0
Total das dívidas líquidas	**599,2**	**615,1**	**627,7**

4. Eventos subsequentes

4.1 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

A Administração.

Notas Explicativas

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou "LMTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2022 foi aprovado a alteração do endereço da sede da Companhia para a cidade de Cataguases, Estado de Mina Gerais.

1.1 Alteração controlador

Em 17 de fevereiro de 2022, a Energisa Transmissão de Energia S/A, celebrou, com Energisa S/A na qualidade de Interveniente Garantidora, um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com os vendedores Power Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura e Perfin Apollo 14 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, tendo, ainda, como Intervenientes Anuentes as sociedades alvo do Contrato de Compra e Venda, para regular a aquisição de 2.330.106 ações ordinárias de propriedade dos Vendedores, de emissão da Gemini Energy S/A.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

Em 28 de março de 2022 e 26 de abril de 2022 ocorreram as aprovações da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Aneel, respectivamente.

Em 10 de junho de 2022 ocorreu a alteração de controle indireto da Companhia, passando a Energisa Transmissão de Energia S/A ser detentora de 100% das ações da Gemini Energy S/A.

1.2 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008 a Isolux Ingenieria S.A. (ex-controladora da Gemini Energy) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B, linha Oriximiná-Macapá.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 009/2008 ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Amapá e Pará composto por linhas transmissão em 500 kV c2 e 230 kV c2, e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV).

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R$71.880 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A última revisão tarifária ocorreu em 2019 conforme Resolução Homologatória 2.635 e a próxima ocorrerá em 5 anos de acordo com o tempo estimado no contrato de concessão. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia.

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço, como segue.

Notas Explicativas

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.

Notas Explicativas

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

I. Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato);
III. Nota explicativa nº 15 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias; e
IV. Nota explicativa nº 22 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

***Ativos financeiros*:**

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.
As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Notas Explicativas

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem

Notas Explicativas

como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros*:*

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2022, compreendem os saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento*:*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. **Concessionárias e permissionárias** – refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência;

d. **Ativo de contrato de concessão** – corresponde ao contrato de concessão no 43/2017 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o

Notas Explicativas

componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 8% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

e. **Imposto de renda e contribuição social** – compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia;

f. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

g. **Receita Operacional -** as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Notas Explicativas

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.

- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 8% ao ano; e

i. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

j. Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

3.3 Reapresentação de exercícios anteriores – demonstração do fluxo de caixa

A Administração da Companhia, revisou a apresentação da demonstração do Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2021, originalmente emitidas em 23 de março de 2022, e concluiu sobre a reclassificação dos juros pagos da atividade operacional para a atividade de financiamento, baseado nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", conforme segue:

	2021	Reclassificação	2021 (Reapresentado)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	31.399	20.418	51.817
Juros pagos	(20.418)	20.418	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(34.824)	(20.418)	(55.242)
Novos empréstimos e financiamentos e debêntures	-	(20.418)	(20.418)

4. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira foi de 91,4% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	**254**	**225**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	7.273	1.815
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.224	1.815
Compromissada	6.050	-
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante [1]	**7.527**	**2.040**

[1] As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

Notas Explicativas

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e recursos vinculados. A rentabilidade média ponderada da carteira equivale a 96,8% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Certificado de Depósito Bancário CDB	43.001	32.144
Recursos vinculados [1]	15.900	6.435
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - não circulante	**58.901**	**38.579**

[1] Recursos vinculados - conta reserva estabelecida em garantia ao contrato de empréstimo celebrado junto ao Fundo de Desenvolvimento da Amazonia (FDA) e o fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO).

6. Concessionárias e permissionárias

	2022	2021
Contas a receber com partes relacionadas	123	-
Contas a receber de demais clientes	19.807	15.879
Total - circulante	**19.930**	**15.879**

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2022	2021
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.102	587
Contribuição Social s/o Lucro - CSLL	430	660
Contribuições ao PIS e a COFINS	582	526
Total - Circulante	**3.114**	**1.773**

8. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2022	2021
Ativo		
Imposto de Renda	44.288	29.647
Contribuição Social	15.944	10.673
Total - ativo não circulante	**60.232**	**40.320**

Notas Explicativas

	2022	2021
Passivo		
Imposto de Renda	213.082	154.905
Contribuição Social	76.710	55.765
Total - passivo não circulante	**289.792**	**210.670**
Total líquido - passivo não circulante	**(229.560)**	**(170.350)**

As diferenças temporárias são como segue:

	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo				
Prejuízos fiscais	118.924	29.731	116.171	29.043
Base negativa da contribuição social	118.924	10.703	116.171	10.455
Provisões para riscos (fiscais, cíveis e trabalhistas)	47.606	16.186	2.419	822
Outras provisões (honorários e outras)	10.623	3.612	-	-
Total ativo não circulante	**296.077**	**60.232**	**234.761**	**40.320**
Passivo				
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(852.330)	(289.792)	(619.619)	(210.670)
Total passivo não circulante	**(852.330)**	**(289.792)**	**(619.619)**	**(210.670)**
(passivo) líquido	**(556.253)**	**(229.560)**	**(384.858)**	**(170.350)**

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Total
2024	1.980
2025	10.201
2026	6.631
2027	11.816
Após 2028	29.604
Total	**60.232**

Em 2022 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

Regime lucro real	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	168.918	60.640
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(57.432)	(20.618)
Incentivos fiscais e despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.) (1)	(1.778)	(2.343)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro	**(59.210)**	**(22.961)**
Alíquota efetiva	35,05%	37,86%

(1) refere-se a incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

A Companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para o exercício de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 através do Laudo Constitutivo nº 0069/2018 – Reconhecido pelo ADE RFB 135/2019. No ano de 2022, não houve apuração de incentivo.

9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A (85,04% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes companhias:

Notas Explicativas

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energisa S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energisa S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energisa S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

A Gemini Energy S/A é controlada pela Energisa Transmissão S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A por meio das participações nas sociedades Rede Energia Participações, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energisa S/A;	EMG	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A; e	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Geração distribuída
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A; e	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.	EGCS-RP2	Parque Solar
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A;	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas estão demostradas a seguir:

	Receita com transmissão de energia (1)	Saldos a receber
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);	333	17
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);	40	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);	187	9
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);	758	37
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);	188	9
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);	462	23
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);	367	18
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A (EMR);	60	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);	193	10
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);	37	-
Total	**2.625**	**123**

(1) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

A Companhia possuía, em 2021, saldo de mútuo com a controladora no montante de R$ 58.952 liquidados em 2022.

Remuneração dos administradores

	2022	2021
Remuneração da Diretoria	21.685	1.718
Outros Benefícios (*)	4.598	606

(*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2022, foram de R$ 45 e 34 (R$ 96 e R$ 36 em de 2021). A remuneração média no exercício findo em dezembro de 2022 foi de R$ 38 (R$59 em dezembro de 2021), o aumento refere-se ao pagamento de remuneração variável pago em junho de 2022.

10. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

O ativo de contrato, será recebido pela Companhia através da Receita Anual Permitida – RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Notas Explicativas

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no exercício:

Descrição	Total
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná C1 e C2
Margem de construção	2,00%
Margem de operação e manutenção	2,00%
Taxa de remuneração	3 a 8%
Índice de correção dos contratos	IPCA
Ativo de contrato em 2020	**1.770.465**
Receita de remuneração do ativo de contrato	200.717
Receita de operação e manutenção	10.797
Recebimento RAP	(144.609)
Ativo de contrato em 2021	**1.837.370**
Receita de remuneração do ativo de contrato	349.312
Receita de operação e manutenção	7.441
Recebimento RAP (*)	(154.971)
Ativo de contrato em 2022	**2.039.152**
Circulante	157.312
Não Circulante	1.881.840

(*) A RAP do ciclo 2022-2023 foi reajustada pela variação do IPCA em 11,74%.

11. Fornecedores

	2022	2021
Materiais	-	631
Serviços	2.519	8.127
Total - circulante	**2.519**	**8.758**

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	2022
Mensurados ao valor justo					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	174.851	(11.005)	(14.005)	13.341	163.182
Total do custo	**174.851**	(11.005)	(14.005)	13.341	**163.182**
Circulante	12.574				15.884
Não circulante	162.277				147.298

	2020	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	2021
Mensuradas ao custo					
Moeda Nacional					
BASA - FNO	176.270	(983)	(14.760)	14.324	174.851
Total do custo	**176.270**	**(983)**	**(14.760)**	**14.324**	**174.851**
Circulante	2.389				12.574
Não circulante	173.881				162.277

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros)	Garantias [1]
	2022	2021					
CCB 007-10/0062-3 [1]	163.181	174.851	8,5% a.a.	out/2033	Mensal a partir de abr/23	8,50%	R + S
Total em Moeda	**163.181**	**174.851**					

[1] Garantias: CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no ativo circulante no montante de R$15.900 (R$6.435 em 2021).

R = Recebíveis e S = Seguro

O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,20, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas. Em 31 de dezembro de 2022 as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Vencimentos:

Em 31 de dezembro de 2022, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2022
2024	14.979
2025	14.979
2026	14.979
2027	14.979
Após 2027	87.382
Total	147.298

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2022	2021
US$ x R$	-6,50%	7,39%
TJLP	6,78%	4,38%
SELIC	12,46%	4,38%
CDI	12,39%	4,42%
IPCA	5,77%	10,06%
IGP-M	5,46%	16,78%
LIBOR	2,40%	0,16%
UMBNB	0,10%	0,11%
TR	1,63%	0,05%
IPC-FIPE	7,32%	9,74%
Euro	-11,89%	-0,89%
INPC	5,93%	-0,89%

Notas Explicativas

13. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	2022
Mensuradas ao custo - pós fixado					
TJLP	537.010	(61.672)	(5.414)	40.195	510.119
Gastos com captação	(8.665)	-	-	964	(7.701)
Total do custo	**528.345**	**(61.672)**	**(5.414)**	**41.159**	**502.418**
Circulante	60.666	-	-	-	64.674
Não circulante	467.679	-	-	-	437.744

	2020	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	2021
Mensuradas ao custo - pós fixado					
TJLP	568.974	(58.193)	(5.658)	31.887	537.010
Gastos com captação	(9.630)			965	(8.665)
Total do custo	**559.344**	**(58.193)**	**(5.658)**	**32.852**	**528.345**
Circulante	57.969	-	-	-	60.666
Não circulante	501.375	-	-	-	467.679

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantia [1]
	2022	2021							
Debêntures 1ª Emissão [2]	510.119	537.010	27/01/20	569.568	TJLP +	out/20	Semestral a	7,78%	R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(7.701)	(8.665)							
Total	**502.418**	**528.345**							

[1] R = Recebíveis e S = Seguro

[2] As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração, em 31 de dezembro de 2022, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Condições de *covenants*

O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,20, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas. Em 31 de dezembro de 2022 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2024	62.535
2025	62.535
2026	62.535
2027	62.535
Após 2027	187.604
Total	**437.744**

Notas Explicativas

14. Impostos e contribuições sociais

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	15
Contribuições ao PIS e a COFINS (*)	189.835	170.905
Encargos Sociais	260	2.148
Imposto sobre serviços – ISS	61	114
Tributos retidos na Fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	208	383
Outros	7.988	-
Total	**198.352**	**173.565**
Circulante	9.730	3.608
Não circulante	188.622	169.957

(*) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

15. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental.

15.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórias	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	**153**	**3.563**	**-**	**8.037**	**557**	**12.310**	**16.881**
Constituições de provisões /mudança de prognóstico	14	1.161	39.744	5.261	5.301	51.481	1.311
Reversões de provisões	(29)	(1.671)	-	(6.278)	(542)	(8.520)	(6.858)
Atualização monetária	15	450	950	659	152	2.226	976
Saldo em 2022 e 2021	**153**	**3.503**	**40.694**	**7.679**	**5.468**	**57.497**	**12.310**

Trabalhistas

Ações de responsabilidade solidária/subsidiária onde se discute o pagamento de verbas rescisórias, multa FGTS, adicional de periculosidade, horas extras/reflexos, diferenças salariais, indenização por dano moral

Notas Explicativas

Cível

Processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Fiscais

Principal processo

Mandado de Segurança 0006439-63.2014.8.14.0004, com valor de R$ 31.176 (R$ 26.328 em 2021) impetrado em 19.12.2014 em razão de ato coator praticado pela Secretária de Fazenda do Município de Almeirim/PA sobre a cobrança do crédito tributário objeto do auto de infração nº 004/2014, lavrado para exigir ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica. Conforme expectativa dos assessores jurídicos, o prognóstico de perda foi alterado em 2022 de possível para provável.

Regulatórias

Processos envolvendo o pedido de suspensão da aplicação de PVS à Companhia pelo atraso na entrada em operação das instalações de transmissão e suspensão dos descontos no pagamento das concessionárias, vinculado à aplicação de resolução normativa Aneel 270/2007.

15.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Abaixo demonstrativo das movimentações dos processos classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórias	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	**8.386**	**117.963**	**26.534**	**16.572**	**4.229**	**173.684**	**180.536**
Novos processos	-	69.504	500	-	-	70.004	38.665
Mudanças de prognóstico e valor pedido	(401)	(7.285)	(25.274)	(542)	(4.783)	(38.285)	-
Encerramento de processos	(8.321)	(41.305)	-	-	-	(49.626)	(56.395)
Atualização	336	3.173	3.541	1.302	554	8.906	10.878
Saldo em 2022 e 2021	**-**	**142.050**	**5.301**	**17.332**	**-**	**164.683**	**173.684**

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

A Companhia está envolvida em ações consumeristas no montante de R$69.738 (R$38.665 em 2021), onde se discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03).

Principais processos:

Notas Explicativas

Processo 1008725-07.2020.4.01.3100 no montante de R$71.926 (R$71.880 em 2021), em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(is) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas à interrupção no fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá.

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se basicamente à discussões sobre não reconhecimento de compensações (PER/DCOMP) envolvendo saldo negativo de IRPJ decorrentes do IRRF durante o ano calendário 2011.

Ambiental

Os processos ambientais envolvem discussões sobre de multa proveniente de possível descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental e suposto descumprimento das condicionantes n 2.8 da LO 1218/2014 e 2.7 e 2.19 da ALA ICMBIO N 11/2010.

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é de R$667.013 (R$667.013 em 2021) representando 667.013.209 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	99.753.209
	667.013.209

16.2 Reserva de Lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

16.3 Reserva especial de dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de maio de 2022, foi deliberado o pagamento de dividendos de R$28.581 equivalente a R$0,0428 por ação ordinária, pagos em 31 de maio de 2022.

Do lucro líquido do exercício, foram destinados o montante de R$52.112 para a reserva especial de dividendos. O saldo da reserva passou a ser R$186.047 que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, estes montantes, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

16.4 Reserva lucros - reserva de retenção de lucros

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$52.112, e foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

Notas Explicativas

16.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	109.708	37.679
Reserva legal - 5%	(5.484)	(1.884)
Lucro líquido ajustado (*)	**104.224**	**35.795**
Dividendos obrigatórios (50%)	**52.112**	**17.897**
Reserva especial de dividendos	52.112	35.795
Total dos dividendos	**52.112**	**35.795**
% sobre o lucro líquido ajustado	50%	100%

(*) Deste montante R$52.112 forma destinados à reserva de lucros - vide nota explicativa nº 16.4.

17. Receita operacional

	2022	2021
Receita de operação e manutenção	7.441	7.072
Receita de remuneração do ativo de contrato	349.312	200.717
Outras receitas	10.248	7.520
Total de receita operacional bruta	**367.001**	**215.309**
Deduções da receita operacional		
Pis corrente	(2.493)	(2.261)
Pis diferido	(3.329)	(1.104)
Cofins corrente	(11.483)	(10.413)
Cofins diferido	(15.336)	(5.085)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(2.995)	(2.159)
Taxa de fiscalização	(1.673)	(1.562)
Dedução da receita	**(37.309)**	**(22.584)**
Receita operacional líquida	**329.692**	**192.725**

18. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	De operação	Despesas Gerais e Administrativas	2022	2021
Pessoal e administradores	3.986	9.738	13.724	17.487
Entidade de previdência privada	7	22	29	-
Material	659	4	663	4.692
Serviços de terceiros	16.143	26.796	42.939	31.256
Provisões para riscos	-	42.961	42.961	(5.547)
Custo de implementação	8.449	-	8.449	33.687
Outros	5.792	(10.217)	(4.425)	2.518
	35.036	**69.304**	**104.340**	**84.093**

Notas Explicativas

19. Receitas e Despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras:		
Receita de aplicação financeira	5.068	443
Outras receitas financeiras	271	409
Total receitas financeiras	**5.339**	**852**
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(54.500)	(47.176)
Atualização contingência	(2.226)	(976)
Despesas com IOF	(37)	(31)
Juros e multas	(5.010)	(661)
Total despesas financeiras	**(61.773)**	**(48.844)**
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(56.434)**	**(47.992)**

20. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício	109.708	37.679
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	667.013	667.013
Lucro líquido básico por ação em Reais - R$[(1)]	**0,16**	**0,06**

[(1)] [(1)] A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 13, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por tal motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

21. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2022	2021
Veículos	23/10/2023	Até 1.110/veículo	3	2
Responsabilidade Civil Geral	13/06/2023	20.000	19	12
Riscos Operacionais	13/06/2023	120.000	1.372	1.451
Judicial Execução Fiscal	18/11/2023	5.069	101	101
			1.495	**1.566**

Notas Explicativas

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		7.527	7.527	2,040	2.040
Concessionárias e Permissionárias		19.930	19.930	15.879	15.879
		27.457	**27.457**	**17.919**	**17.919**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	58.901	58.901	38.579	38.579
		58.901	**58.901**	**38.579**	**38.579**

PASSIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		2.519	2.519	8.758	8.758
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		665.600	665.600	703.196	703.196
		668.119	**668.119**	**711.954**	**711.954**

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

Notas Explicativas

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2022	2021
Dívida [1]	665.600	703.196
Caixa e equivalentes de caixa	(7.527)	(2.040)
Dívida líquida	**658.073**	**701.156**
Patrimônio líquido	667.013	667.013
Índice de endividamento - líquido	**0,99**	**1,05**

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira).

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.519	-	-	-	-	2.519
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	8,42%	49.513	50.820	203.009	212.468	433.892	949.702
Total		**52.032**	**50.820**	**203.009**	**212.468**	**433.892**	**952.221**

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

Notas Explicativas

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2022	2021
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	6.1	254	225
Concessionarias e permissionárias	7	19.930	15.879
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	58.901	38.579

c) Risco de mercado: taxa de juros

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 12 e 13, é composta de financiamentos obtidos junto instituições através de emissões no do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	58.901	Alta CDI	7.215	9.019	10.823
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(510.119)	Alta TJLP	(36.729)	(45.911)	(55.094)
Total - (Perdas)	(451.218)		(29.514)	(36.892)	(44.271)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2023 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022 e IPCA 5,78% ao ano.

Notas Explicativas

23. Meio ambiente

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão LTs 500 kV Jurupari – Oriximiná C1 e C2 e LTs 230 kV Jurupari – Laranjal – Macapá

2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos – Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

3. Gestão de Resíduos Sólidos - o Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

4. Programa de Comunicação Social – programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

24. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como seguem:

	2022	2021
Outras transações não caixa		
Atividades de financiamento		
Pagamento dividendos	(24.308)	-
Partes relacionadas	24.308	-

Notas Explicativas

25. Eventos subsequentes

25.1 Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principal assunto de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Mensuração do ativo contratual
Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)
Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 10 às demonstrações financeiras, a concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e de suas respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados à mensuração do ativo de contrato de concessão; (ii) discussão das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de mensuração, preparadas pela Companhia, para confronto com os registros efetuados no sistema contábil e com a adequada mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão; (iv) recálculo do ativo de contrato de concessão; (v) leitura e análise dos contratos de concessão; (vi) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.
Como resultado dos procedimentos de auditoria relacionados à mensuração do ativo contratual e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que que os critérios de mensuração do ativo contratual e de suas respectivas receitas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.1 e nº 10 às demonstrações financeiras são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
Ênfase
Incêndio nos transformadores da linha de transmissão
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras do exercício findo
em 31 de dezembro de 2022, na qual a Companhia divulga ocorrência de indisponibilidade na
Subestação de Macapá que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá em 3 de novembro de 2020, bem como todos os seus desdobramentos. A Companhia também descreve que, na data da aprovação de suas demonstrações financeiras, os processos de natureza cível, criminal e administrativa instaurados e todos os possíveis efeitos financeiros estimados se encontram divulgados e, quando aplicável, registrados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.
Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2023
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Antônio Carlos Brandão de Sousa
Auditores Independentes Ltda. Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Contador CRC RJ-107310/O-0 “S” MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes do exercício de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Rio de janeiro, 16 de março de 2023.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Contador CRC RJ-107310/O-0 “S” MG